

---

## As raízes ideológicas da Alt-Right Americana

### *The ideological roots of the American Alt-Right*

Miguel Anxo Bastos Boubeta<sup>1</sup>  
Serafin González Quinzán<sup>2</sup>  
Gemma Vicente Iglesias<sup>3</sup>

**Resumo:** A alt-right estabeleceu-se como um fenômeno político em rápida expansão no início do século XXI, posicionando-se como o eixo central do pensamento nacionalista branco americano e distinguindo-se das correntes de pensamento predominantes no seio da direita americana. No entanto, tal como no seu nascimento, o seu desaparecimento foi tão rápido como a sua ascensão, em consequência de dois acontecimentos: o incidente de Charlottesville em 2017 e a ocupação do Congresso dos EUA em 2021. Este artigo tentará explicar a ascensão e queda da alt-right, as correntes de pensamento pelas quais foi influenciada, desde o paleoconservadorismo ao

---

1 Universidade de Santiago de Compostela (USC).

2 Universidade de Santiago de Compostela (USC).

3 Universidade de Santiago de Compostela (USC).

direito-libertário, centrando-se em ideias como as de Hans Hermann Hoppe. Por outro lado, analisará como a alt-right se diferencia das correntes mais populares da direita “trumpista”, como o Breitbart ou o Infowars, distinguindo-se pelo seu tom académico e pela sua intenção de refletir um profundo rigor intelectual.

**Palavras chave:** alt-right, movimento, político, direita, ideologia.

**Abstract:** The alt-right imposed itself as a rapidly expanding political phenomenon at the beginning of the 21st century, positioning itself as the central axis of American white nationalist thought and distinguishing itself from the currents of thought that prevailed within the American right. However, as happened at its birth, its demise was just as rapid as its emergence, as a consequence of two events: the Charlottesville incident in 2017 and the occupation of the U.S. Congress in 2021. This paper will attempt to explain the rise and fall of the alt-right, the currents of thought by which it has been influenced, from paleoconservatism to right-libertarianism, focusing on ideas such as those of Hans Hermann Hoppe. On the other hand, it will analyze how the alt-right differs from the most popular currents of the “Trumpist” right, such as Breitbart or Infowars, distinguishing itself by its academic tone and its intention to reflect a deep intellectual rigor.

**Key words:** alt-right, movement, politic, right, ideology.

## 1. Introdução

Para fins de estudo acadêmico, o movimento político conhecido como Alt-Right é um fenômeno muito particular, pois se desenvolveu muito rapidamente, alcançou grande influência política por alguns anos e seu desaparecimento foi tão rápido quanto seu surgimento no início da década do século XXI. Dois golpes foram suficientes para torná-lo parte da longa lista de ideias ultrapassadas que povoam os livros didáticos sobre a história das ideias políticas contemporâneas. O primeiro foi o chamado incidente de Charlottesville, em agosto de 2017 (Howard-Woods, Laidley, Omid, 2019), no qual um dos membros desse movimento que participava de uma manifestação neoconfederada matou uma contramanifestante atropelando-a, além do comportamento nada edificante de um de seus líderes fundadores, Richard Spencer, que fez um gesto neonazista de saudação no evento. Isso levou a duras críticas de outros membros do movimento, que acabou se desfazendo, por considerar que havia ido além do que era legitimamente admissível, mesmo dentro de sua própria estrutura política. O segundo, o golpe final, veio da revolta que levou à ocupação do Congresso dos EUA em janeiro de 2021, quando foi apresentado aos olhos do mundo como uma caricatura caracterizada na forma de indivíduos de status cultural aparentemente baixo envoltos em peles de bisão. Mas a chamada Alt-Right, em todas as suas versões, não é apenas a caricatura que nos foi apresentada, mas um dos esforços intelectuais mais frutíferos dos últimos anos nos domínios da direita cultural e política americana para modernizar e tornar respeitável o nacionalismo branco americano, anteriormente chamado de supremacismo branco. A Alt-Right faz parte de uma longa e ininterrupta tradição de separatismo racial nos Estados

Unidos (Kalb, 2013), que remonta às suas origens como república no final do século XVIII (Addison, 2009; Reynolds e Kendi, 2020). E não é de forma alguma uma tradição marginal, pois desde seus primórdios até o início do século XX foi apoiada por importantes intelectuais e pensadores, que se dedicaram primeiro a racionalizar a “peculiar instituição americana” da escravidão e depois a justificar a existência de códigos legais que estabeleciam a segregação entre raças (Jordan, 1974), as chamadas leis Jim Crow, após a abolição da escravidão. A história dessa tradição já foi contada (Genovese, 1995), bem como a dos movimentos políticos e intelectuais que apoiaram essas práticas (Lipset, 1981; Zeskind, 2009), desde o Know Nothing até a infame Ku Klux Klan, que monopolizou por décadas a imagem do ativismo racial protestante branco contra negros, judeus e, em menor escala, católicos de origem do leste e do sul da Europa. Nesse último caso, mais por sua encenação espetacular do que pela violência desencadeada (Chalmers, 1987), superada por outras formas menos organizadas de violência com liturgias de força menos elaboradas, porém mais letais, como a infame prática do linchamento ou a violência policial.

Podemos, então, considerar a alt-right como a forma assumida pelo pensamento nacionalista branco (Johnson, 2013, 2018a; 2019) nas primeiras décadas do século XXI (Swain, 2002). É pertinente, portanto, distingui-lo de outras ideologias e movimentos políticos que operam paralelamente no submundo da direita e da alt-right americana nesse momento, como formas anteriores de nacionalismo branco (Dobratz e Shanks-Meile, 1997; King e Leonard, 2014) ou outras formas de nacionalismo racial na América (Draper, 1972). Como sua popularização foi realizada por meio da mídia da Internet, não particularmente rigorosa no controle de qualidade ou na coerência de seu conteúdo, ela pode ser confundida com

outras ideias populares dentro do amálgama ideológico que moldou os primeiros anos do trumpismo (Wendling, 2018; Flisfeder, 2018; Hedges, 2006; Haider, 2018). Em termos de forma, o estilo das publicações da alt-right é mais acadêmico do que o de outras correntes de extrema direita e eles afirmam ser herdeiros de uma tradição cultural sofisticada (Bolton, 2012a). Eles usam um tom acadêmico, ou pelo menos não popularizado, em seus escritos e usam o livro ou artigo acadêmico como sua principal forma de expressão. Embora seus artigos e livros sejam diferentes em termos de qualidade, eles procuram passar uma imagem de rigor e têm editoras associadas, como a Counter Currents ou a Arktos, bem como uma revista, a *The Occidental Quarterly*, que tem o formato das revistas acadêmicas convencionais. Mesmo quando fazem uso de blogs ou sites, tendem a ter artigos escritos com certo grau de rigor, fazendo uso abundante de fontes bibliográficas (Cagliuso 2021). Isso contrasta com as correntes mais populares da direita “trumpista”, como Breitbart ou Infowars, que usam uma linguagem mais vulgar e suas informações são projetadas mais para a agitação política do que para o debate teórico, sem mencionar toda a tuitesfera desse ambiente, em que se destaca a disseminação de notícias falsas ou simplesmente conspirações sem muito fundamento, do tipo Qannon, expressas em linguagem vulgar, muitas vezes chegando ao ponto de insulto ou denegrimento. Embora o alt-lite, como esse grupo de ativistas é chamado depreciativamente, seja influenciado em alguns pontos pelo alt-right e aparentemente pareça defender as mesmas causas, nem o tom nem a substância são os mesmos, pois há fronteiras que o primeiro não ousa cruzar para não se colocar fora do jogo político convencional ao qual, com todas as nuances que se possa desejar, pertence (Le Brun, 2018). Em termos de substância, a ideologia da alt-right está

situada fora das bordas do mainstream político, ou seja, suas propostas políticas não informaram pelo momento a agenda política americana, nem na esfera legislativa nem na executiva (Hartzell, 2018). Nenhuma das principais propostas da alt-right, como a criação de etnoestados para brancos ou o retorno de esquemas de segregação racial de novo estilo, foi sequer debatida na mídia convencional além dos sites que as apoiam. Pode-se argumentar, portanto, que a alt-right é uma ideologia de extrema-direita no sentido estrito do termo, ou seja, está além da direita política que está de fato operando, mesmo os paleoconservadores mais rigorosos, que constituiriam o extremo da direita aceito no discurso político atualmente existente (Gottfried, 2007; Kolozi, 2017; Mattson, 2008). Tendo estabelecido isso, vale a pena observar que a alt-right não defende a violência política ou racial, ao contrário dos movimentos fascistas ou neonazistas americanos ou europeus (Lyons, 2018; Crothers, 2019; Durham, 2007; Mudde, 2000), com os quais às vezes é erradamente associada (Burley, 2021; Ross, 2017) ou com outras formas de extrema direita (Land, 2022). Embora o conceito de fascismo seja comumente usado para se referir a essas ideologias, seu uso não deve ser abusivo, pois deve ser limitado àquelas que cumprem rigorosamente as características que caracterizam essa forma política (Gregor, 2006; Griffin, 2000). De fato, a adoção de modos neonazistas foi uma das causas do rompimento da alt-right após Charlottesville. Tampouco expressa, pelo menos explicitamente, visões supremacistas brancas. Diferentemente do racismo branco convencional do início e da metade do século XX que persiste até hoje (Martinez-Hosang e Lowndes, 2019), a alt-right não pensa em termos de superioridade racial, mas em termos de diferença. Não há raças superiores, mas raças diferentes, com valores, crenças e maneiras diferentes de entender o mundo e, portanto,

elas devem viver separadamente. O discurso supremacista é, como veremos, principalmente na área da inteligência e das conquistas culturais, mas também não deduzem daí que uma determinada raça deva ser colocada em uma situação de predominância ou desigualdade legal em relação às outras. Nas seções a seguir, as principais influências intelectuais da alt-right serão apresentadas juntamente com uma discussão dos aspectos mais relevantes de sua ideologia.

## 2. As fontes teóricas da Alt-Right

### Paleoconservadorismo

Os paleoconservadores são, embora seu nome pareça indicar o contrário, uma variante relativamente recente dentro do universo intelectual conservador americano, pois, apesar de compartilharem uma certa rejeição de muitos aspectos do mundo moderno (Sedgwick, 2004), eles empregam elementos teóricos que são paradoxalmente muito modernos, como se pode ver pela grande influência que tiveram no pensamento da direita alternativa. Foi um de seus fundadores, Paul Gottfried, que cunhou o termo alt-right em um artigo famoso (2008). Os paleoconservadores nasceram no início da década de 1980 da insatisfação de alguns conservadores clássicos com as políticas de nomeação do então recém-eleito Presidente Reagan no campo da gestão cultural (Scotchie, 2002). Eles o culpavam por seguir políticas conciliatórias em relação aos progressistas e aos setores mais moderados do Partido Republicano. O movimento também se fortaleceu em reação à ascensão, tanto intelectual quanto política, dos chamados neoconservadores (Buchanan, 2007), que, na opinião deles, apresentavam propostas incompatíveis com o espírito do conservadorismo americano tradicional

(Gottfried, 2007; Diamond, 1995; Horwitz, 2013). Os neo-conservadores (Ehrman, 1995) são um grupo de intelectuais que evoluíram do trotskismo para posições conservadoras, mantendo muitos de seus princípios originais. Assim, em vez de defender a expansão do socialismo em escala mundial por meio de processos revolucionários em todos os países do mundo, eles defendem a expansão da democracia em escala mundial por meio da intervenção militar dos Estados Unidos, se necessário. Esse internacionalismo democrático é complementado por uma justificativa das intervenções do Estado na esfera social, levando a uma justificativa parcial das políticas de bem-estar de sucessivos governos americanos. Dotado de uma grande capacidade de persuasão e extraordinariamente habilidoso na contestação política, esse grupo de autores alcançou grande influência na determinação da política externa dos EUA durante os sucessivos mandatos presidenciais até a chegada de Donald Trump ao poder. Além disso, eles conseguiram fazer com que esses princípios fossem identificados como a principal tradição do conservadorismo no país e no exterior. Essas duas ideias são estranhas à tradição do conservadorismo americano, e não é de surpreender que alguns conservadores tenham reagido e se afastado da corrente conservadora, que eles viam como povoada por ideias estranhas à sua tradição, enquanto os *altrighters* os desprezavam como conformistas, usando conceitos tirados do mundo da pornografia tales como *cuckconservative*, que poderia ser traduzido aproximadamente como uma espécie de “conservadores cornudos” (Red Eagle e Day, 2015). Em contraste com o internacionalismo dos neocons, eles se opõem a uma visão nacionalista e isolacionista inspirada nos princípios da direita americana antes da Segunda Guerra Mundial (Bastos Boubeta, 2005). O princípio do *America First* ressoa novamente nos escritos do conservadorismo

americano (Drolet e Williams, 2020) e atinge sua expressão máxima em sua oposição aberta à invasão do Iraque projetada pelos neoconservadores (Buchanan, 2007). Eles também são notáveis em sua crítica ao crescente estatismo e intervencionismo do Estado norte-americano, especialmente no campo das políticas sociais e educacionais, e em sua crítica contundente ao multiculturalismo, imposto segundo eles pelas elites tecnocráticas globalistas (Gottfried, 2002). Mas os paleoconservadores também recuperaram valores e ideias esquecidos pelo pensamento conservador dominante e os encontraram, sobretudo, em pensadores do velho Sul, como John Calhoun ou os agrários agrupados no livro *I'll Take My Stand*, um espaço territorial e cultural que, na opinião desses autores, reflete os verdadeiros valores do conservadorismo americano, como a defesa da tradição, as relações raciais harmoniosas e a crítica à civilização industrial e ao centralismo galopante para o qual os Estados Unidos estão caminhando. Entre esse grupo de autores, alguns se destacam por terem influenciado substancialmente as ideias do direito alternativo. Esse é o caso de Samuel Francis, Wilmott Robertson e, em menor escala, Reville Oliver. Samuel Francis foi um jornalista político associado à grande mídia de direita americana, mas nos últimos anos de sua vida ele passou para fora do mainstream e escreveu sobre a evolução do estado americano e as relações raciais. Em seus escritos sobre raça, Francis (Francis, 2014) assume um dos principais conceitos da alt-right, o realismo racial, ou seja, que as raças existem e que isso se reflete na vida social. As raças seriam diferentes em seu comportamento, maior ou menor propensão à violência ou diferentes padrões de vida familiar, e em suas conquistas, sejam elas econômicas ou intelectuais. A coexistência entre elas poderia, portanto, ser difícil e a integração forçada por meio da intervenção do Estado poderia ser disfuncional e

uma fonte de conflito. É possível perceber certa nostalgia em relação à maneira como as relações raciais eram entendidas na era das leis segregacionistas Jim Crow, em vigor no Deep South americano até a década de 1960, o que, em sua opinião, permitia uma melhor convivência em territórios que, como aqueles estados, eram povoados por diferentes raças. Francis não é um supremacista no sentido mencionado acima, mas demonstra certo desdém pelas conquistas dos afro-americanos, algo em que coincide com os autores mais proeminentes da direita alternativa.

No entanto, seu principal trabalho é um livro que permaneceu por muito tempo na obscuridade até sua recente reedição, *Leviathan and its Enemies* (Francis, 2016), no qual se manifestam muitas ideias na linha do paleoconservadorismo que mais tarde permearia a direita alternativa. Inspirado pelo trabalho de James Burnham, um ex-comunista que se tornou um combatente feroz nas guerras culturais da Guerra Fria, especialmente em seu *Suicide of the West* (Burnham, 2014), ele retrabalha o elitismo político de Burnham, expresso em seu livro, agora esquecido, sobre a tradição maquiavélica (Burnham, 2014), e define um estado que ele chama de gerencialista, derivado da evolução do liberalismo americano. O estado gerencialista baseia-se em uma visão técnica dos problemas políticos, que seriam resolvidos simplesmente tratando-os com terapias apropriadas, incluídas as propriamente médicas (por isso, às vezes é chamado de estado terapêutico) (Szaz, 2001). Todo problema político teria uma solução técnica, uma combinação de conhecimento, procedimentos e meios materiais adequados. Esses problemas seriam definidos e gerenciados por uma nova classe de técnicos e especialistas em gestão que teriam se tornado o grupo dominante nos estados pós-industriais modernos. Essa visão se aplicaria a todos os problemas sociais, inclusive os decorrentes da coex-

istência de diferentes raças. Doses apropriadas de políticas de integração na educação, na residência ou no mundo do trabalho, combinadas com a disseminação das ideias certas por meio do sistema educacional e da mídia na sociedade, seriam suficientes para lidar com problemas tão complexos, de acordo com os tecnocratas que administram essa nova forma de Estado. Da mesma forma que Burnham, em seu livro sobre o suicídio ocidental, abordou tangencialmente a questão do realismo racial, Francis também faz uso dessas questões de forma oblíqua, sem torná-las o cerne do livro, mas ele também as aborda. Deve-se lembrar que Francis escreveu por muito tempo nos principais círculos de direita, onde essas questões não eram abordadas abertamente. Foi somente no final de sua vida, quando não estava mais nesses círculos, que ele deu rédea solta às suas opiniões sobre raça. Além disso, embora a raça não seja o cerne de seu trabalho, suas opiniões sobre a natureza do Estado e das elites políticas tiveram grande influência, tanto na alt-right quanto em outras ideologias, como o libertarianismo de direita, além, é claro, de seus colegas paleoconservadores. Na mesma linha, também vale a pena mencionar a grande obra de Wilmott Robertson (Robertson, 1981), *The Dispossessed Majority*, outro grande livro clássico da ultradireita próximo ao paleoconservadorismo, que circulou por muito tempo em pequenos círculos da ultradireita, longe do público em geral, mas que compartilha muitos dos elementos da obra de Francis. A outra grande referência dessa corrente é Revilo Oliver, que é ainda menos conhecido. Também parte do núcleo da corrente conservadora, como colaborador de William Buckley, a força unificadora do movimento como editor da lendária *National Review*, ele também foi afastado do movimento, no qual foi tolerado por muito tempo, por causa de suas posições raciais, caracterizadas por um antissemitismo

ácido (Oliver, 2005). Professor de línguas clássicas, ele era um estranho para o movimento conservador e também um ajuste difícil com os paleoconservadores por causa de suas críticas recorrentes ao cristianismo em seu trabalho. Oliver clama contra o declínio racial e cultural dos Estados Unidos, que ele vê como sendo ameaçado pela dissolução causada pelos valores cristãos e pela estratégia judaica de subversão cultural, que, como veremos, é uma parte central da ideologia da alt-right. A essas ameaças, e isso é de fato estranho ao nacionalismo branco, ele inclui o perigo da imigração da Ásia, especialmente da China e do Japão. Na verdade, os asiáticos não são mencionados com frequência no discurso racial da alt-right, pois não se encaixam nos estereótipos de inteligência e falta de realização econômica e intelectual das raças não brancas.

O trabalho de Paul Gottfried, a verdadeira alma mater do pensamento paleoconservador, merece um lugar à parte. Ele não pode ser considerado um precursor da alt-right, apesar de ter cunhado o conceito, já que sua ideologia não inclui nem o realismo racial nem outros elementos centrais dessa ideologia, sem mencionar o fato de que ele negou explicitamente qualquer associação com a alt-right. Mas certamente parece, como fez Francis, ter influenciado sua visão da política e do Estado. Gottfried dedicou vários livros à sua visão do estado gerencial (Gottfried, 1999), do multiculturalismo (Gottfried, 2002) ou da influência do neomarxismo da Escola de Frankfurt na definição dos valores que moldam a intelligentsia da esquerda contemporânea (Gottfried, 2005) e que teriam contribuído decisivamente para subverter os valores conservadores tradicionais, especialmente em termos de família, religião ou sexualidade. O conceito de marxismo cultural, difundido entre setores da direita e da ultradireita nos Estados Unidos, deve muito ao trabalho de Gottfried,

que sistematiza esses conceitos e tenta apresentá-los como uma espécie de estratégia deliberada para combater os valores que permitem o funcionamento das sociedades capitalistas. A ideia de multiculturalismo seria, portanto, para Gottfried, um derivado desse pensamento neomarxista, pois contribui para enfraquecer as identidades culturais tanto das sociedades anfitriãs quanto, e isso é fundamental, das sociedades recém-chegadas, que ainda têm culturas de origem muito fortes e, em muitos casos, são dotadas de valores culturais que poderiam ser associados ao conservadorismo. A obra de Gottfried, que tangencia a de Francis, com quem compartilha tanto temas quanto ideias renovadas, foi, sem dúvida, uma das principais contribuições para a renovação do pensamento conservador moderno, bem como sua abertura a ideias claramente estranhas ao cânone, como as da Escola de Frankfurt, que, embora duramente criticada, está muito presente em seus escritos e, portanto, indiretamente se refletirá na ideologia da direita alternativa (Rueda 2021). O paleoconservadorismo é, sem dúvida, uma das principais influências na gênese da ideologia da direita alternativa, mas isso não pode ser explicado apenas como uma fascistização dela (Rueda, 2021), não apenas porque, em nossa opinião, ela não tem todas as características do fascismo, como a existência de um líder carismático, um programa econômico de terceira via ou sua rejeição da ordem política democrática (Eatwell, 1996), mas também porque incorporou contribuições de outros movimentos ideológicos sem os quais não teria desenvolvido sua conformação definitiva (Rueda, 2021).

## **Pensamento libertário de direita**

Em princípio, as ideias libertárias e anarcocapitalistas parecem ser a antítese daquelas defendidas pela alt-right. Em

primeiro lugar, porque sua própria metodologia rejeita ideias essencialistas, sejam elas de classe, raça, religião ou qualquer outro conceito que atribua interesses ou valores comuns a um grupo de pessoas que compartilham alguma característica digna de definição política. O individualismo metodológico que eles professam nega a existência ontológica de conceitos sociais como classe ou estado, negando assim a existência de entidades que estejam acima dos próprios indivíduos (Rothbard, 2013). Aqueles que pertencem à raça branca, de acordo com esse esquema, não compartilharão nenhum destino comum, nem terão de defender causas conjuntas; na verdade, eles negam que a raça seja até mesmo o principal fator de identidade, como presumem os nacionalistas brancos. Cada pessoa decidirá, dentro das múltiplas identidades que compartilha, qual deve ser sua ordem de preferência entre elas e com que intensidade cada uma delas a mobiliza politicamente. Portanto, para o libertário, uma pessoa branca, se é que se pode definir precisamente o que isso significa, não precisa necessariamente agir como uma pessoa branca, mas pode agir como um católico, um trabalhador ou uma mulher, como preferir. O libertário também não gosta particularmente de classificar as pessoas de acordo com seus traços de identidade, muito menos de estabelecer diferenças legais entre elas com base nesses traços e, portanto, muito menos gostaria de fundar estados, dos quais não é exatamente um grande amigo, com base em etnias. Portanto, pode-se afirmar enfaticamente que o pensamento libertário deve ter tido muito pouca influência sobre o nacionalismo branco.

No entanto, os críticos da alt-right que argumentam que a direita alternativa foi substancialmente influenciada pelos libertários de direita (Slobodian, 2019) não deixam de ter razão se analisarmos o trabalho de um de seus principais teóricos, o economista e sociólogo nascido na Alemanha

Hans Herman Hoppe, professor nos Estados Unidos. Discípulo de Murray Rothbard e, em sua juventude, de Jurgen Habermas, ele foi, sem dúvida, durante anos, o principal teórico da direita libertária, renovando-a com contribuições teóricas típicas do paleoconservadorismo europeu, como Kuehnelt-Ledihn (Kuehnelt-Leddihn (1962), combinando-as com ideias da Escola de Frankfurt, entre cujos epígonos se formou, pois seu orientador de tese foi Jurgen Habermas. Ele é um crítico radical da democracia a partir de posições libertárias, pois a vê como uma forma de hierarquia de poder muito mais eficaz na expansão do poder do Estado do que qualquer outra forma política histórica, porque, ao contrário de outras, a democracia, por sua própria forma, não gera resistência política legítima (seria o povo dando sua própria opinião) nem consciência de classe entre os destituídos do poder, pois, em teoria, qualquer cidadão poderia se candidatar livremente e em pé de igualdade com os demais em um processo eleitoral. Qualquer pessoa pode ser presidente ou ministro, o que desestimula grande parte da oposição ao regime, ao contrário, por exemplo, de uma monarquia absoluta em que os cargos de liderança política são restritos a uma elite governante fechada. Essa falta de consciência de classe é o pior aspecto de uma democracia, pois o povo perderia seu instinto de se rebelar contra o poder e não resistiria aos avanços do estado democrático. Isso pode ser visto na área de tributação, com aumentos maciços de impostos em comparação com outras épocas, ou na extensão da intervenção estatal, que é estendida a cada vez mais áreas e restringe cada vez mais as liberdades pessoais e econômicas da população (Hoppe, 2015). Seguindo esse argumento, Hoppe, a fim de evitar o que ele vê como disfunções da democracia, propõe levar o princípio libertário da livre associação ao extremo e defende a possibilidade de criar comunidades voluntárias

organizadas de acordo com os princípios decididos por seus promotores. Essas comunidades poderiam ser comunidades residenciais de idosos, de grupos religiosos como os Amish, ou associadas pelo tipo de trabalho que realizam ou por qualquer outro princípio que seja estabelecido. Esses promotores estabeleceriam regras de coexistência com o entendimento de que qualquer pessoa que desejasse viver nelas teria de cumpri-las. Isso evitaria que uma maioria ou minoria bem organizada impusesse suas crenças ou modos de vida ao restante da população. O problema para os defensores dessa posição surgiu quando vários autores que haviam se separado do movimento libertário os levaram a sério e, argumentando na mesma linha, defenderam o estabelecimento de comunidades com base racial, nas quais as diferentes etnias viveriam segregadas (Rachels, 2018). É verdade que Hoppe foi e continua sendo um tanto ambíguo sobre essa questão (Hoppe, 2020) e os exemplos que ele usou não o ajudaram na controvérsia que se seguiu, mas somente uma visão distorcida de seu trabalho nos permite inferir que ele defendeu abertamente essa posição e, de fato, reagiu com azedume a qualquer tentativa de vinculá-lo à alt-right. Isso não impede que os críticos do libertarianismo, como Slobodian, insistam na ligação entre essas ideias e as da então emergente direita alternativa. Conforme observado acima, nada poderia ser mais contrário ao pensamento libertário-austríaco (como os libertários de direita geralmente se referem a si mesmos, considerando-se devedores da escola austríaca de economia) do que a criação de estados com base étnica, mas os críticos são ajudados pelo fato de que uma parte significativa das pessoas associadas à alt-right evoluiu para ela a partir de posições libertárias. Eles também percebem que seu programa econômico, ao qual, ao contrário dos libertários, não dedicam muita atenção, mas que existe

(Cooper, 2021), é em grande parte derivado do liberalismo econômico extremo da escola austríaca, especialmente em seu ramo norte-americano, conforme expresso no trabalho de Ludwig von Mises ou Murray Rothbard. Esse aspecto é radicalmente novo nos movimentos de extrema direita em todo o mundo, pois desde sua origem no contexto dos fascismos europeus das décadas de 1930 e 1940, eles adotaram ideologias econômicas nacionalistas que eram fortemente intervencionistas, se não próximas do socialismo (Barkai, 1990). A adoção de ideias econômicas liberais, às vezes de um liberalismo muito radical, é uma das características que contribuem para a originalidade da alt-right. Mas, como já apontamos, esses elementos libertários, embora presentes em sua visão de mundo, desempenham um papel relativamente marginal no movimento, já que o discurso econômico não desempenha um papel central no movimento.

### 2.3 Racismo científico

Nos Estados Unidos, desde suas origens mais antigas, há uma tradição, às vezes subterrânea, às vezes aberta, de realismo racial (Wallis, 2016), ou seja, que as raças existem e podem ser objetivamente definidas, e que elas têm consequências para o desenvolvimento intelectual ou econômico diferente das pessoas que as compõem. No início do século XX, e intimamente associado aos movimentos de conservação da natureza (Spiro, 2009) (os conceitos de pureza eram aplicados tanto à natureza quanto à mistura de raças), uma série de escritores em torno de Madison Grant (Grant, 2013) e Lothrop Stoddard (Stoddard, 1926) propôs esquemas de separação de raças, mas também de supremacia de algumas sobre outras. Esses autores, de grande influência e respeitabilidade nos círculos sociais, acadêmicos e, infelizmente,

também nos círculos políticos (o trabalho de Grant foi muito apreciado por Hitler, sem ir mais longe), fizeram uso de argumentos biológicos para definir e diferenciar raças, Isso não é de todo estranho, já que as origens do pensamento racista estão intimamente ligadas ao próprio conceito de ecossistema de Haeckel, que é muito próximo da visão de mundo desses autores (Spiro, 2009), ou às taxonomias biológicas que, desde Linnaeus, foram desenvolvidas com maior sofisticação no campo das ciências biológicas (Sussman, 2014). Usando essas taxonomias, eles procuraram demonstrar que as linhagens negras e brancas poderiam ser evolutivamente diferentes, com consequências notórias no campo da moralidade, do caráter ou da capacidade de realizar tarefas intelectualmente complexas. O que é certo é que elas condicionaram uma era marcada pela segregação racial nos estados do sul da América do Norte, por meio das infames leis Jim Crow, leis que estabeleciam espaços separados em locais públicos, requisitos diferentes no registro eleitoral ou a proibição de casamentos inter-raciais. As guerras mundiais e o conseqüente recrutamento de soldados de todas as raças aliviaram um pouco essa situação, mas ela não melhorou substancialmente, pelo menos do ponto de vista legal, até a década de 1960 com os movimentos pelos direitos civis. Embora as práticas racistas tenham persistido, a teoria racista diminuiu substancialmente do final da Segunda Guerra Mundial até o final do século (Wieviorka, 2009). O racismo criminoso dos nazistas desacreditou completamente as ideias supremacistas, que foram rapidamente expulsas do discurso político oficial. Mas elas não desapareceram por completo (MacLeod, 1968) e, embora desacreditadas, foram preservados pequenos núcleos de pensadores racistas que lentamente renovaram o discurso racial, dessa vez incorporando elementos extraídos da psicologia e da genética (Saini,

2019). Os novos racistas obviamente acreditam no realismo racial, mas agora o baseiam no quociente de inteligência, que se tornou o novo padrão para diferenciar raças (Miele, 2002), e não na aparência física, no desempenho econômico ou no grau de criminalidade em suas comunidades. Na verdade, seria o contrário, pois, segundo esses autores, grande parte das disfunções sociais associadas a determinadas raças seria causada por seu baixo quociente de inteligência.

Os escritos dos racistas científicos modernos têm um tom desapassionado, usando linguagem acadêmica repleta de citações e dados empíricos, a fim de mostrar que as raças existem, pelo menos em termos de quociente de inteligência (Lynn, 2006). Usando seus termos, eles apenas pretendem demonstrar o que, em última análise, seriam as causas de grande parte dos problemas sociais nos Estados Unidos, exigindo estratégias diferentes das seguidas até agora. Nem as políticas sociais convencionais, nem as estratégias de integração ou de ação afirmativa seriam de grande utilidade se o fato básico da diferença de intelecto entre os diferentes grupos étnicos não for compreendido. O principal defensor dessa teoria é Charles Murray (Murray, 1984), que, em uma série de trabalhos, analisou e criticou as políticas sociais americanas, alegando que o sistema atual reforça ainda mais as diferenças raciais ao incentivar o comportamento disfuncional com seus esquemas de assistência equivocados. Murray não é um supremacista, no sentido de que não defende a limitação dos direitos políticos ou a colocação de raças menos dotadas em uma posição de inferioridade legal, mas suscitou enorme controvérsia com seus estudos sobre raça e inteligência e seu recente ensaio sobre a desigualdade entre diferentes grupos humanos (Murray, 2020). Murray não é, se possível, o mais radical dos novos racistas, já que autores como Philip Rushton (Rushton, 1997) ou o também

polêmico Hans Jurgen Eysenck (Eysenck, 1981), um dos precursores da antipsiquiatria, entre muitos outros, são muito mais explícitos em suas abordagens sobre a desigualdade étnica, mas, ao contrário de seus precursores do início do século, sem deduzir propostas de política ou intervenção social, limitando-se a apontar, ainda que com abundância de dados e correlações, as características distintivas de cada grupo. Embora seus estudos não reforcem as posições dos nacionalistas brancos, pois apontam que há grupos étnicos mais inteligentes do que os caucasianos, foram bem recebidos por eles, pois apontam a existência de diferenças muito marcantes entre os diferentes grupos, deixando claro que as raças têm uma existência real, pelo menos no campo da inteligência. Esses teóricos são muito ativos nos fóruns de alt-right e seus estudos são amplamente citados nesses ambientes, sem descartar a possibilidade de que alguns deles tenham claras simpatias por esse movimento. Sem dúvida, os líderes intelectuais da alt-right encontraram neles um rico filão de ideias, sem contar que conferem um certo rigor científico às suas propostas.

## 2.4 A nova direita francesa

Deixamos deliberadamente para o final o que, sem dúvida, é a principal influência na configuração da direita alternativa. Não apenas essa, mas também grande parte da extrema direita global, especialmente a extrema direita europeia (Woods, 2007) e russa (Bar-On, 2007), que, por sua vez, em um processo evolutivo, convergiram com a tradição americana de pensamento nativista e de extrema direita, contribuindo para sua renovação até chegar à formulação atual (Bar-On, 2022). Assim como a alt-right, a nova direita francesa, que também tem uma respeitável bibliografia

primária e secundária (O'Meara, 2013), é metapolítica. Ou seja, eles não se envolvem em lutas políticas ou partidárias, preferindo gerar conteúdo intelectual que molda uma estrutura de pensamento alternativa à esquerda dominante. Não é coincidência que tenha nascido no fervor das revoltas francesas de maio de 68, como uma reação intelectual de um pequeno grupo de pensadores franceses, notadamente Alain de Benoist (Benoist, 1982) e Guillaume Faye (Benoist e Faye, 1986; Maly, 2022), organizados em uma associação conhecida pelo acrônimo GRECE. Depois de sacudir o cenário intelectual francês por alguns anos, logo teve seguidores na Itália, Alemanha e Flandres e, mais recentemente, na Rússia (Teitelbaum, 2020; Máiz, 2023), adaptando-se à realidade de cada ambiente, mas sempre compartilhando características comuns, sendo a principal delas a proteção da cultura europeia em face do multiculturalismo. Na verdade, sua originalidade reside, em primeiro lugar, no fato de rejeitar as visões racistas europeias clássicas, como as do nazismo e de certos movimentos fascistas do pós-guerra. Para esses autores, todas as culturas são dignas e merecedoras de respeito e nenhuma raça ou cultura é mais ou melhor do que qualquer outra, mas, e aqui está a chave, cada uma delas pertence a um espaço geográfico específico e não deve sair dele. A Europa deve ser para os europeus e a África para os africanos. Cada cultura se desenvolve e floresce melhor em seu local de nascimento e onde as estruturas sociais e culturais já estão adaptadas a um determinado modo de vida. Os transplantes culturais geralmente não prosperam, e seria melhor que cada pessoa vivesse na cultura à qual já está adaptada. Ou seja, eles não raciocinam em termos de superioridade, mas em termos de diferença, e não só não defendem a mistura, como também buscam aprofundar e recuperar as características de cada cultura que a diferenciam das demais. Quando falam da Europa,

o fazem como uma única cultura, de Gibraltar aos Urais, e querem purificá-la de elementos culturais que consideram estrangeiros e recuperar sua pureza, manchada por séculos de incorporações culturais que lhe são estranhas (Benoist, 2017). Um exemplo óbvio disso poderia ser a preferência que demonstraram por religiões politeístas pagãs, que corresponderiam à verdadeira espiritualidade dos europeus (Benoist, 2004). O cristianismo seria uma adesão oriental ao corpo europeu, com valores alienígenas, e que só foi adotado de forma imperfeita, incorporando sub-repticiamente as antigas divindades e formas de culto europeias. Daí, por exemplo, o culto aos santos ou a localização de muitos locais de culto cristãos em lugares anteriormente usados para a veneração das antigas divindades pré-cristãs. Os autores da nova direita reivindicarão traços europeus, como a forma da família e sua maneira de guerrear, e, como veremos, esse argumento sobre a especificidade europeia será adquirido por pensadores da alt-right convenientemente adaptados aos Estados Unidos (Quigley, 2020). Também foram bem recebidos entre eles seus argumentos “culturais” contra a imigração, sua ideia de um grande espaço europeu (claramente influenciado por Carl Schmitt e suas teorias do grande espaço) (Schmitt, 2003) ou suas previsões de uma futura guerra racial no Ocidente devido à má integração racial (Lilley, Minally, Yuen e Davis (2012). O último argumento foi desenvolvido por Guillaume Faye (Faye, 2019), um dos membros fundadores da Nova Direita, da qual ele se afastou, radicalizando-se nos últimos anos de sua vida, pregando a necessidade de uma guerra civil racial para restaurar os valores usurpados pela imigração muçulmana na velha Europa. Essa ideia não é central para a direita alternativa dominante, apesar da influência de Enoch Powell, que pregou suas ideias de conflito racial durante sua estada nos Estados Unidos (Webb, 2020), sendo aceita

apenas como um resultado indesejável, mas foi mais bem-sucedida à sua direita dentro das comunidades neonazistas americanas, com livros como *The Turner Diaries* (Pierce, 1979), uma verdadeira apologia à violência racial. Ambas as escolas também têm em comum o gosto por uma certa dose de populismo (Tarchi, 2017) quando se trata de abordar a política prática, que, como observamos anteriormente, não é uma prioridade em nenhuma delas, manifestada em uma certa proximidade de seus líderes com as plataformas de Le Pen na França (também e não surpreendentemente com Melençon, líder da esquerda radical francesa) ou com parte da ideologia de Trump, com a qual muitos alt-righters colaboraram agitando nas redes sociais (Hyman, 2020). Por outro lado, eles diferem na forma como comunicam suas ideias ao público em geral, sendo a nova direita mais tradicional e elitista, raramente saindo de revistas ou livros acadêmicos. Embora seja verdade que a nova direita não renunciou ao uso da Internet, ela não o fez de maneira tão eficaz quanto outros movimentos em sua órbita ideológica, enquanto a alt-right conseguiu revolucionar a maneira como se comunica, fazendo uso, para disseminar sua ideologia, das ferramentas de informática mais avançadas, com redes sociais, blogs e vlogs relacionados, alcançando maior disseminação ao custo de distorcer ou simplificar demais o conteúdo, que, como já apontamos, não é nada simples, nem gosta de vulgarização (Peytibi e Pérez Díaz, 2020). Nesse sentido, a nova direita, apesar de ser uma escola mais minoritária, conseguiu maior elaboração e coerência do que a efêmera alt-right. O elo entre as duas (Steinmetz-Jenkins, 2018) vem da existência de intelectuais norte-americanos como Michael O'Meara (O'Meara, 2018), treinado na tradição da Nova Direita francesa, ou a estranha figura, intelectualmente falando, de Paul Piccone (Piccone, 1994), que veio de postulados próximos à

Escola de Frankfurt, mas que nos últimos anos de sua vida foi influenciado pelas ideias de Benoist. De fato, foi a revista que ele editou, *Telos*, que no final dos anos 90 e início dos anos 2000 foi uma das mídias que mais contribuiu, com traduções, trabalhos inéditos e entrevistas, para disseminar essa ideologia nos Estados Unidos, dando-lhe um verniz de respeitabilidade que lhe faltava naqueles círculos.

### 3. As ideias da Alt-Right

Se, como observamos anteriormente, a nova direita surgiu como uma reação à nova esquerda, podemos dizer que a alt-right reage aos novos movimentos identitários (Fukuyama, 2018) imitando-os e criando uma nova identidade. Em tempos em que a definição de identidades molda a criação de ideologias políticas com base em traços pessoais, seria estranho se os nacionalistas brancos não aproveitassem a oportunidade para criar seu próprio movimento, inspirando-se nas estratégias criadas por outros coletivos politicamente influentes, como o movimento feminista ou LGBTI ou, especialmente, o Black Lives Matter, também inspirado em princípios raciais, embora, obviamente, com base em outras premissas, e foi o que fizeram (Gray, 2018). O nacionalismo branco (Polignano, 2010) faz uso do mesmo esquema que esses, define um coletivo, elabora uma lista de queixas históricas ou contemporâneas, elabora uma doutrina (Friberg, 2015) e, em seguida, apresenta um plano de ação e mobilização social para estabelecer uma situação harmoniosa na qual essas situações conflituosas desapareceriam. Neste artigo, vamos nos concentrar nos aspectos mais doutrinários dessa ideologia, destacando suas principais contribuições para a história ideológica dos movimentos sociais. **3.1 O etnoestado**

Com poucas exceções (Connor, 1998; Bonikowski, 2017), o etnonacionalismo ou seu derivado, o etnoestado, que não tem sido muito estudado academicamente, pode ser considerado como uma forma peculiar de estado segundo a qual o critério para definir a cidadania não é nem o direito de território, ou seja, nascer dentro de suas fronteiras, nem o direito de sangue, ou seja, ser descendente de alguém que tenha o direito de cidadania. O etnoestado, por outro lado, define seus direitos de cidadania em termos de pertencer a um determinado grupo étnico, independentemente de ter nascido lá ou ser descendente de um cidadão. A etnia também define direitos diferenciados em muitos aspectos, desde o direito à naturalização até o valor e a forma dos benefícios sociais ou, em casos históricos, até mesmo direitos políticos diferentes. Embora certas características da etnia sejam comuns na definição histórica de um país (lembre-se da frase “nossos ancestrais, os gauleses”, que era repetida nas escolas francesas, mesmo nas colônias africanas), os Estados que aplicam esses princípios na atribuição de direitos políticos diferenciados são menos comuns. O arquétipo, se é que existe um, seria Israel, onde qualquer judeu, e entende-se que um judeu é descendente de mãe judia (com algumas exceções), é imediatamente bem-vindo, seja qual for sua origem, e rapidamente adquire cidadania plena. Certos grupos, como os judeus ortodoxos, têm isenções do serviço militar ou de benefícios sociais, enquanto muitos palestinos, às vezes nascidos lá, não têm nem mesmo direitos comparáveis de cidadania. Outros exemplos podem ser a África do Sul ou a antiga Rodésia (atual Zimbábue), onde a população era ordenada e hierarquizada de acordo com a raça, com os brancos tendo plenos direitos legais e ocupando posições de poder e privilégio. Além dos Estados mais ou menos consolidados, a divisão étnica é encontrada em muitos países africanos e

em alguns países do mundo muçulmano, onde determinados grupos característicos, por idioma, religião ou origem geográfica, dominam o aparato estatal e excluem outros.

A ideia do etnoestado fez fortuna na alt-right, impulsionada por um dos últimos livros do já mencionado Wilmott Robertson (Robertson, 1993) dedicado ao assunto. Autores como o autoproclamado (e muito bem) fundador da alt-right, Richard Spencer, que dedicou vários estudos ao que ele vê como etnocídio branco na África contemporânea, especialmente na África do Sul pós-apartheid. O imaginário do etnocídio é recorrente entre os nacionalistas brancos, que contam os grandes extermínios brancos, como o do Haiti na época da revolução francesa e os grandes êxodos brancos da descolonização africana na década de 1960 (Bolton, 2012 b; Spencer 2012). Os autores da alt-right temem que uma situação semelhante possa surgir nos Estados Unidos como resultado das mudanças demográficas e da minorização branca. A solução para muitos deles é criar um estado etnicamente branco em territórios no noroeste dos atuais Estados Unidos, pois eles os consideram os mais etnicamente homogêneos do país. Em troca, eles cederiam os territórios do sul aos afro-americanos e outros territórios aos hispânicos (Stern, 2019). Nas palavras de alguns autores externos más influentes no movimento, como David Duke (Swain e Nieli, 2003), seria uma limpeza étnica não violenta, pois seria por meio de compras de terras ou incentivos para sair ou vir, embora ainda não tenham feito um projeto sistemático de como executar o plano. O uso do direito de secessão, que não é à toa que eles devem em parte à tradição do antigo sul, também é um dos recursos que poderiam ser considerados. A ideia do etnoestado talvez seja a contribuição mais original do pensamento da alt-right e, embora não tenha nenhum vestígio de ter sido considerada no parlamento ou

no executivo americano, ela demonstra certa originalidade na teorização sobre a forma do Estado.

### 3.2 Nacionalismo branco

Conforme observado acima, a *alt-right* é um movimento de identidade e sua característica definidora é pertencer à raça branca (Fraser, 2011). Apesar de todas as tentativas de taxonomia racial, não há uma definição clara e inequívoca das linhas de demarcação entre uma raça e outra. Alguns casos parecem bem definidos, mas há muitas áreas cinzentas que não são facilmente classificáveis. Isso não ocorre somente em termos das supostas características genéticas ou morfológicas que poderiam servir para distinguir, mas também em termos de características geográficas, religiosas ou culturais (Jacobson, 1998). Por exemplo, muitos dos habitantes do norte da África ou de áreas do Oriente Próximo ou além, como a Turquia ou o Afeganistão (país que afirma ser o local de origem dos arianos), podem ser considerados brancos com base em suas características físicas, mas é fácil ver que, no imaginário racial da *alt-right* e de outros movimentos de ultradireita, eles não são brancos de forma alguma, e as tradições culturais ou políticas desses outros membros da raça branca não fazem parte de suas mitologias. Portanto, a definição racial da *alt-right* não é muito racial, pois se limita aos brancos de origem europeia e, de preferência, de religião ou cultura cristã. A prova está no tratamento diferenciado dado aos judeus, muitos dos quais, embora de ascendência europeia, não fazem parte do grupo étnico de referência dos nacionalistas brancos. O trabalho de um dos pensadores mais sofisticados da *alt-right*, o professor Kevin MacDonald (MacDonald, 2002), se concentra não apenas em explicar as razões pelas quais os judeus não fariam parte da nação

branca, mas também em explicar como os judeus sempre foram seus inimigos jurados, tentando minar seus valores e princípios culturais e religiosos por meio do trabalho de muitos de seus grandes filósofos, de Marx a Freud, e especialmente nos dias de hoje por meio do marxismo cultural dos emigrados de Frankfurt nas universidades americanas.

Mas se a definição de nação branca não é exclusivamente racial, fica claro que os nacionalistas brancos devem se basear em valores que, por um lado, podem ser compartilhados por todos os brancos de cultura europeia, independentemente de sua nacionalidade de origem, e que, por outro lado, explicitam traços de pertencimento que os diferenciam de outras raças ou etnias também presentes no território norte-americano. Isso parece ter sido encontrado no trabalho de um sociólogo canadense, Ricardo Duchesne (Duchesne, 2011; MacDonald, 2011), que não está associado ao movimento, mas é altamente respeitado e estudado por seus membros. Em seu trabalho, Duchesne usa conceitos não étnicos para definir o que os alt-righters entendem por nação branca, preferindo usar o termo civilização ocidental, mas seu espírito é o mesmo. Ele recupera conceitos agora em desuso, como povos indo-europeus com um vago significado racial, mas incorpora vários elementos em sua definição e defesa do Ocidente (Bowden, 2014), desde a forma como a guerra é travada, costumes familiares, maior igualdade de gênero em relação a outras civilizações, ética de trabalho e menos coletivismo social, entre muitas outras características. Os possuidores dessas características, que coincidem com os europeus ocidentais e seus descendentes, seriam os chamados a constituir o novo Estado branco. Duchesne também é muito atraente para eles por sua crítica ao multiculturalismo (Duchesne, 2017) ou à ideia de igualdade entre civilizações defendida pela nova esquerda, reivindicando de forma in-

equivoca e exclusiva para os europeus brancos as conquistas culturais, científicas e econômicas da civilização atual. Como outros membros da *alt-right*, da qual insistimos ele não faz parte, no entanto, ele se envolve em duras polêmicas acadêmicas contra a *intelligentsia* esquerdista em defesa do legado cultural e dos cânones ocidentais. Nessa linha, Kevin MacDonald destaca em uma de suas obras mais recentes o legado individualista do Ocidente branco, que explicaria o sucesso econômico e político dos EUA (MacDonald, 2019). Isso se daria, em sua esmagadora maioria, pelos esforços dos brancos, dos quais se beneficiariam outros grupos étnicos anteriores ou posteriores à sua chegada. Esse individualismo seria determinado por uma espécie de evolução psicológica dos migrantes de origem indo-europeia ao chegarem em solo europeu. Práticas culturais típicas desse povo, como a presença de elites aristocráticas de alta qualidade, a figura da monogamia, que melhoraria o estoque genético graças a um melhor investimento dos pais, ou práticas reforçadas pelo cristianismo, como o casamento tardio, possibilitaram a criação de uma população de alta qualidade genética que, mais tarde, levaria às conquistas civilizatórias do Ocidente.

A grande incoerência teórica da *alt-right*, além de seu uso abusivo da sociologia evolucionária e a sociobiologia (Alexis, 2022), está em sua definição de quem é e quem não é branco, e em que consiste a essência da branquitude, se é que tal conceito pode ser usado em inglês (Kaufmann, 2018; Fraser, 2011). Além do fato de que há discordância entre eles sobre o conceito, o que está claro é que eles têm de recorrer a conceitos estranhos aos seus princípios para estabelecê-lo, especialmente recorrendo a elementos culturais, morais ou religiosos, por mais que tentem encobri-los em uma espécie de evolucionismo psicológico derivado da interação entre a etnia e o ambiente da Europa Ocidental. O problema de

fazer isso é que isso deixaria a porta aberta para que qualquer pessoa que adote esses valores, que já estão difundidos na sociedade americana em geral, tenha acesso à cidadania branca. Se isso não for feito, e se for feito com base em critérios puramente raciais, desde que isso possa ser feito (Morning, 2011), uma pessoa branca de uma cultura muçulmana, por exemplo, também poderia se tornar membro da comunidade, mesmo que não compartilhe seus valores, sua moral ou sua estrutura familiar. O que devemos reconhecer é o esforço que fizeram ao tentar definir estritamente quais são os valores da cultura ocidental, algo que também não é fácil, mas que deu origem a estudos discutíveis, mas muito interessantes, ainda que fora de qualquer correção política.

### 3.3 Imigração

Um dos grandes triunfos do racismo branco no início do século XX foi traduzir suas ideias sobre pureza racial em políticas concretas. As leis de Jim Crow foram uma delas, mas não menos importantes para moldar a distribuição dos diferentes grupos raciais nos Estados Unidos foram as leis de preferência racial quando se tratava de aceitar imigrantes. De fato, a imigração legal para os Estados Unidos era, na prática, restrita aos europeus e, mesmo dentro da Europa, privilegiava os do norte do continente. Para os pró-nacionalistas brancos, a imigração de pessoas de raças não brancas era vista como uma espécie de bioinvasão que ameaçava a pureza da raça branca, não apenas porque introduzia no ecossistema populacional americano indivíduos com características diferentes, mas também porque favorecia a miscigenação indesejada que acabaria levando à degeneração da espécie. Lembre-se de que esses antecessores da alt-right moderna foram pioneiros da conservação

da natureza selvagem e pais intelectuais do movimento que levou à criação dos grandes parques selvagens dos Estados Unidos (Spiro, 2009). Eles simplesmente aplicam os conceitos de pureza ambiental à espécie humana e agem de acordo. Vale lembrar que Haeckel, o pai do conceito de ecologia e ecossistema, também simpatizava com essas causas e se relacionava com esses autores.

Os alt-righters modernos não são particularmente originais em relação às questões de imigração, mas manifestam mais alarme do que seus antecessores (Kemp, 2012). A abertura à imigração de países não europeus alterou substancialmente o mapa demográfico dos Estados Unidos e revelou temores de uma “grande substituição”, um conceito cunhado por um autor francês próximo à ultradireita, Renaud Camus (Camus, 2002, 2011), que alertou contra a transformação dos brancos em uma minoria em terras que antes habitavam quase que exclusivamente. De fato, um dos primeiros a alertar sobre essa questão foi Peter Brimelow, jornalista, curiosamente também imigrante nos Estados Unidos, que em um livro de grande impacto, *Alien Nation* (Brimelow, 1995) e em um site de clara inspiração nativista, *Vdare*, dedicou-se a criticar as disfunções da imigração de países do terceiro mundo. Brimelow não escreve a partir de uma perspectiva racial e sua crítica se concentra nos clichês do assunto, ou seja, sobrecarga do estado de bem-estar social, criminalidade ou baixa ética de trabalho, mas muitos de seus argumentos serão adotados por autores da alt-right. Assim, eles pedem o fim da imigração da América Latina ou da África, dessa vez com o argumento de que eles têm um QI mais baixo do que os brancos e que isso, além de disfunções comportamentais, pode levar a uma deterioração do capital genético americano e, portanto, a um declínio do país em todas as áreas, econômica, política e moral (Taylor,

1992, 2011). Se o trumpismo se baseou em argumentos econômicos e de classe para realizar um discurso de rejeição à imigração, seus aliados durante o processo eleitoral que o levou a vencer as eleições preferiram usar argumentos nostálgicos de uma América branca em extinção (Hochschild, 2020) para formular sua rejeição à imigração, pelo menos aquela que não atende a seus padrões raciais.

### **3.4 Questões pós-materialistas na agenda da alt-right**

Conforme observado nas seções anteriores, o cerne do discurso nacionalista branco é a questão racial em toda as suas dimensões, mas isso não significa que eles não tenham sido influenciados pelos debates, primeiro acadêmicos e depois políticos, sobre o que Inglehardt identificou como causas pós-materialistas e que agora, distorcendo o conceito, preferimos chamar de pós-modernas. Os debates sobre feminismo, identidade sexual ou a causa pós-materialista por excelência, a questão ambiental, também atraíram a atenção de seus teóricos e expressaram suas próprias posições, que às vezes despertaram mais interesse dentro do movimento do que o próprio debate etnonacionalista. A primeira coisa que pode chamar a atenção é sua oposição radical ao feminismo dominante e sua política de igualdade de gênero (Daniels, 2016). Eles criticam o feminismo de um ponto de vista sociobiológico, o que, como vimos, é uma das características que diferencia o nacionalismo branco moderno de seus antecessores, que se preocupavam muito menos com essas questões do que os modernos, talvez porque não eram debates que dominavam a agenda política de sua época. Como um movimento amplamente dominado por homens, suas posições variam desde o sexismo hostil que

domina a chamada *manosfera*, que vê as mulheres como inimigas, até um sexismo paternalista que justifica políticas de segregação racial e oposição à imigração na proteção das mulheres brancas, supostamente ameaçadas por outras raças ou imigrantes *hostis* (Mudde, 2019). De acordo com essas visões, especialmente as de Roger Devlin (Devlin, 2015), um de seus defensores mais conspícuos, os papéis de homens e mulheres são evolutivamente determinados e qualquer tentativa de alterá-los politicamente levaria não apenas ao fracasso, mas a uma grave disfunção social. O papel das mulheres seria o de criar os filhos e não o de se envolver em atividades sociais altamente competitivas, como a política ou a guerra. A característica distintiva dessas propostas é que elas não se baseiam em princípios religiosos ou morais, mas na genética ou na psicologia evolutiva. Defendem a divisão sexual do trabalho como algo inato à espécie humana e são natalistas, no sentido de que querem garantir a existência de um reservatório racial de brancos, temerosos de uma substituição demográfica por raças mais férteis, mas não chegam a posições tão extremas como as defendidas por alguns nazistas americanos, que, como seus antecessores no Terceiro Reich (Evans, 2012), defendem a proibição do aborto apenas para mulheres brancas, enquanto outras raças podem realizá-lo livremente. Coerentes com seus postulados, criticam as políticas de integração, defendendo a existência de espaços segregados para homens e mulheres, de modo que cada um dos gêneros possa desenvolver seu próprio modo de ser determinado pela evolução, em um ambiente livre de pressões e dos condicionantes do politicamente correto. Nessa linha, desenvolvem uma cultura masculinista (Donovan, 2012), defendendo valores masculinos, que curiosamente correspondem àqueles que o feminismo destaca como negativos. Em sua visão de mundo, a masculinidade,

a violência, a autoafirmação ou o papel protetor em relação às mulheres e à prole tornam-se valores a serem defendidos e protegidos. Em coerência com essa segregação, vale a pena lembrar a defesa que fazem de alguns espaços culturais, como os jogos on-line fortemente masculinizados e, de fato, uma das primeiras aparições públicas dos seguidores do movimento foi o famoso gamergate (Nagle, 2018), no qual os jogadores se opuseram à presença de mulheres em alguns dos jogos mais populares, praticando cyberbullying contra aqueles que tentaram participar até serem expulsos. Muitos críticos identificaram essas atitudes com a ideologia da alt-right, já que muitos dos ativistas se identificaram com essa ideologia, mas acho que seria mais apropriado associar essa ação a pessoas que a veem como uma oportunidade de deixar sua marca no mundo rude e turbulento da Internet, em vez de uma expressão purificada do pensamento nacionalista branco. O mesmo se aplica ao movimento antifeminista raivoso conhecido como incels (celibatários involuntários), que, segundo sua própria definição, são grupos de homens heterossexuais jovens que não conseguem arrumar uma parceira ou ter um relacionamento sexual consensual e que culpam o feminismo predominante e a revolução nos costumes sexuais por seus males. Eles ganharam uma notoriedade infeliz devido a vários tiroteios em escolas e locais públicos nos Estados Unidos, resultando em várias mortes, nas quais os agressores reivindicaram a responsabilidade em nome desse movimento. Eles têm pouco a ver com o núcleo de pensadores da alt-right, que, conforme observado acima, não defendem a violência, mas buscam algum tipo de racionalidade em suas ações, associando-as a um movimento que consideram intelectualmente respeitável. Ao contrário de outros movimentos de extrema direita, eles também não são particularmente críticos da homossexuali-

dade masculina como tal - na verdade, alguns dos membros mais relevantes da alt-right, como Michael O'Meara ou Jack Donovan (Donovan, 2012), a reconhecem abertamente - mas são críticos do que consideram efeminação masculina, no sentido de perder traços supostamente masculinos em favor de um comportamento mais feminilizado, algo que observam em muitos homossexuais contemporâneos. Eles aceitam a homossexualidade, e alguns até a defendem, como uma espécie de masculinidade completa, de modo a evitar a companhia potencialmente corruptora das mulheres, cuja presença forçaria um relaxamento do comportamento puramente masculino. Essa visão da homossexualidade lhes rendeu duras críticas, especialmente nas redes sociais que frequentam, da direita tradicional e de setores da extrema direita que defendem papéis mais tradicionais na família e na sexualidade, mas é uma das características que distingue o movimento nos círculos da direita americana.

Por outro lado, eles não são tão originais quando se trata de política ambiental. Assumem, quase sem discussão, os postulados do racismo branco clássico ou do fascismo europeu contemporâneo, representados na obra de autores como o finlandês Pentti Linkola (Linkola.2020), e defendem a preservação de espaços naturais, como a floresta boreal ou nórdica, que são de propriedade do homem branco, limitando seu uso industrial e, acima de tudo, limitando o acesso a eles na forma de imigração descontrolada de outras raças (Taylor, 2020), que, como vimos anteriormente, pode desestabilizar os ecossistemas tradicionais do norte da Europa e dos Estados Unidos. Eles não elaboraram muita doutrina sobre esse assunto, mas, com base em suas referências, parecem mais conservacionistas extremos do que defensores da ecologia profunda, do animalismo ou do veganismo. Se acrescentarmos a isso sua predileção religiosa

pelas divindades do paganismo nórdico europeu (Dobratz, 2001), ligadas à natureza, e sua consequente rejeição ao cristianismo em alguns ambientes, embora isso não seja uma constante no movimento (Berry, 2017) por ser uma religião de origem semita e, portanto, alheia à visão de mundo do homem branco primitivo, encontramos uma visão idealizada da natureza que deve compor o espaço geográfico do bom nacionalista branco.

#### 4. Conclusões

As palavras de A. James Gregor sobre os pensadores fascistas italianos que ele estudou em um de seus livros (Gregor, 2004) poderiam muito bem ser aplicadas aos pensadores da alt-right: ele não compartilha suas ideias e até mesmo rejeita muitas delas, mas a qualidade deles como teóricos não diminui a de nenhuma outra corrente de pensamento. Além disso, conforme observado acima, seria conveniente distinguir o trabalho teórico deles (Main, 2018; Malice, 2019; Hawley, 2017; Johnson, 2018b; Marcy, 2020) do uso que muitos apoiadores fazem dele na internet ou na mídia de massa. Sua teoria é altamente discutível, mas dotada de inúmeros elementos originais que contribuíram para reabrir debates que estavam apenas aparentemente encerrados e o fizeram com argumentos elaborados que fazem uso tanto de estudos que seguem a metodologia científica quanto de um grande aparato de erudição em suas obras mais especulativas. E essa talvez seja a principal falha de seus muitos críticos (Miller-Idriss, 2020; Mondon e Winter, 2020), que se concentram mais em criticar seus seguidores barulhentos do que em estudar seus argumentos mais elaborados e, quando se concentram neles, procuram os mais excêntricos e marcantes na tentativa de desacreditá-los (Burley, 2021). Eles também abusam, em

nossa opinião, de conceitos como fascista ou neofascista para se referir a eles, porque, embora seja verdade que se possa encontrar alguma influência indireta dessa ideologia, é verdade que a alt-right é um movimento fortemente enraizado na tradição política americana e que se baseia nas próprias fontes da extrema direita em seu país. É verdade que certamente não se trata de uma ideologia democrática, mas ela aceita, com todas as nuances que se possa desejar, as formas desse sistema. Nesse aspecto, não é diferente de outras ideologias que são estudadas de forma mais desapassionada, como o marxismo ou o anarquismo, que, embora não tenham postulados democráticos em seu núcleo ideológico, participam das regras e do jogo democrático e formam uma parte substancial dele. Assim como o movimento alt-right.

A alt-right é um fenômeno exclusivamente americano que é difícil de traduzir para outras partes do mundo ocidental. Portanto, a ascensão de partidos de extrema direita na Europa ou de presidentes como Bolsonaro ou Milei não estão de forma alguma alinhados com esse discurso e têm pouca influência sobre eles. Ele nem mesmo foi influente no ressurgimento eleitoral de Trump nos Estados Unidos, pois, como apontamos no início, é um fenômeno ultrapassado. Mas também não há dúvida de que esse movimento influenciará novas reformulações do pensamento de extrema direita que possam surgir a partir de hoje e, portanto, é essencial conhecê-lo não apenas para entender o passado recente, mas também os desvios que essas ideias podem ter no futuro, seja ele próximo ou distante no tempo.

## Referências bibliográficas

Addison, Kenneth S. *We Hold These Truths to Be Self-Evident: An Interdisciplinary Analysis of the Roots of Racism and Slavery in America*. Lanham: University Press of America, 2009.

Bar-On, Tamir. *Where Have All the Fascists Gone?* London: Routledge, 2007.

– (2022), *The Metapolitics of the Alt-Right: A “Cultural War”?* For the United States, European identity and the White Race. In: BAR-ON, Tamir; MOLAS, Barbara (eds.) *The Right and the Radical Right in the Americas*. Lanham: Lexington Books, pp. 185-213.

Barkai, Avraham. *Nazi Economics: Ideology, Theory, and Policy*. New Haven: Yale University Press, 1990.

Bastos-Boubeta, Miguel Anxo. *Antiimperialismo de derechas: la tradición política del aislacionismo norteamericano*. In: *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, v. 4, n. 1, pp. 97-113, 2005.

Berry, Damon T. *Blood & Faith: Christianity in American White Nationalism*. Syracuse: Syracuse University Press, 2017.

Bonikowski, Bart. *Ethno-nationalist Populism and the Mobilization of Collective Resentment*. In: *British Journal of Sociology*, v. 68 Issue S1, pp. 181-213, 2017.

Cagliuso, Dominique. *Age of the Alt-Right: New-Age Media and White Nationalism in Trump’s America*. In: *International Social Science Review*, v. 97 n. 2, 2021.

Chalmers, David. *Hooded Americanism: The History of the Ku Klux Klan*. Durnham: Duke University Press, 1987.

Cooper, Melinda. *The Alt-Right: Neoliberalism, Libertarianism and the Fascist Temptation*. In: *Theory, Culture and Society*, v. 38, n. 6, pp. 29-50, 2019.

Daniels, Jessie. *White Lies: Race, Class, Gender and Sexuality in White Supremacist Discourse*. New York: Routledge, 2016.

Dobratz, Betty A. *The Role of Religion in the Collective Identity of the White Racist Movement*. In: *Journal of the Scientific Study of Religion*, v. 40, n. 2, pp. 287-301, 2001.

— e Shanks-Meile, Stephanie. *White Power, White Pride: The White Separatist Movement in the United States*. New York: Twayne Publishers, 1997.

Drolet, Jean François; Williams, Michael C. *America First: Paleoconservatism and the Ideological Struggle for the American Right*. In: *Journal of Political Ideologies*, v.25, n. 1, pp. 28-50, 2020.

Durham, Martin. *White Rage: The Extreme Right and American Politics*. New York: Routledge, 2007.

Eatwell, Roger. *On Defining the 'Fascist Minimum': The centrality of Ideology*. In: *Journal of Political Ideologies*, v. 1, n. 3, pp. 303-319, 1996.

Ehrman, John. *The Rise of Neoconservatism: Intellectuals and Foreign Affairs 1945-1994*, New Haven: Yale University Press, 1995.

Flisfeder, Matthew. "Trump" - What Does the Name Signify? Or, Protofascism and the Alt-Right". In: *Cultural Politics*, v. 4, n. 1, pp. 1-19, 2018.

— (2016), *Leviathan and Its Enemies: Mass Organization and Managerial Power in Twentieth-century America*. Arlington: Washington Summit Publishers.

Genovese, Eugene D. *The Slaveholder's Dilemma*. Columbia: University of South Carolina Press, 1995.

Gottfried, Paul Edward. *After Liberalism: Mass Democracy in the Managerial State*, Princeton: Princeton University Press, 1999.

– (2002), *Multiculturalism and the Politics of Guilty*. Columbia: University of Missouri Press.

– (2005), *The Strange Death of Marxism: The European Left in the New Millennium*. Columbia: University of Missouri Press.

– (2007), *Conservatism in America: Making Sense of the American Right*. New York: Palgrave MacMillan.

Gray, Phillip W. 'The Fire Rises': Identity, the Alt-right and Intersectionality. In: *Journal of Political Ideologies*, v. 23, n. 2, pp. 141-156, 2018.

Gregor, A. James. *Mussolini's Intellectuals: fascist social and Political Thought*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

– (2006), *The Search for Neofascism: The Use and Abuse of Social Science*, Cambridge: Cambridge University Press.

Griffin, Roger. *Interregnum or Endgame? The Radical Right in the Post-fascist Era*. In: *Journal of Political Ideologies*, v. 5, n. 2, pp. 163-178, 2000.

Hartzell, Stephanie L. *Alt-White: Conceptualizing the Alt-Right as a Rethorical Bridge between White Nationalism and Mainstream Public Discourse*. In: *Journal of Contemporary Rethoric*, v. 8, n. 1/2, pp. 6-25, 2018.

Hawley, George. *Making Sense of the Alt Right*. New York: Columbia University Press, 2017.

Horne, Gerald. *The Color of Fascism*. New York: New York University Press, 2006.

Hyman, Zoe (2020). *Transatlantic White Supremacy: American Segregationists and International Racism after Civil Rights*. In: GEARY, Daniel; SCHOFIELD, Camilla; SUTTON, Jennifer (eds.). *Global White Nationalism: From Apartheid to Trump*. Manchester: Manchester University Press, pp. 187-228.

Jacobson, Matthew Frye. *Whiteness of a Different Color: European Immigrants and the Alchemy of Race*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

– Johnson, Greg. *New Right versus Old Right*. San Francisco: Counter-Currents Publishing, 2013.

– (2018a), *The White Nationalist Manifesto*. San Francisco: Counter-Currents Publishing.

– (2018b), *What is the Alternative Right*. In: Greg Johnson (ed.). *The Alternative Right*. San Francisco: Counter-Currents.

– (2019), *Toward a New Nationalism*, San Francisco: Counter-Currents Publishing.

Jordan, Winthrop D. *The White's Man Burden*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

Kolozi, Peter. *Conservatives against Capitalism*. New York: Columbia University Press, 2017.

Le Brun, Patrick. *What the Alt-Right Isn't*. In: JOHNSON, Greg (ed.). *The Alternative Right*. San Francisco: Counter-Currents, 2018.

Lilley, Sasha; McNally, David; Yuen, Eddie; Davis, James. *Catastrophism: The Apocalyptic Politics of Collapse and Rebirth*. Oakland: PM Press, 2012.

Lipset, Seymour Martin. *La política de la sinrazón; el extremismo de derecha en los Estados Unidos, 1790-1977*, México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

Lynn, Richard. *Race differences in intelligence: An evolutionary analysis*. Washington: Summit, 2006.

MacDonald, Kevin. *Going Against the Tide: Ricardo Duchesne's Intellectual Defense of the West*. In: *The Occidental Quarterly*, v. 11, n. 3, pp. 47-74, 2011.

– (2002), *The Culture of Critique*, Autorhouse.

– (2019), *Individualism and the Western Liberal Tradition*, Kindle Direct Publishing Edition.

Main, Thomas J. *The Rise of the Alt-Right*. Washington: Brookings Institution Press, 2018.

Máiz, Ramón. *Eurasianismo y nacionalismo ruso imperialista em Aleksandr Dugin*. In: *Política y Gobernanza*, n. 7, pp. 5-32, 2023.

Malice, Michael. *The New Right: A Journey to the Fringe of American Politics*. New York: St. Martin Press, 2019.

Maly, Ico. *Guillaume Faye's Legacy: The Alt-Right and Generation Identity*. In: *Journal of Political Ideologies*, pp. 1-27, 2022.

Marcy, Richard T. *Why the Alt-Right Is Not Going Anywhere (Regardless of What We Call It)*. In: GOTTFRIED, Paul (ed.). *The Vanishing Tradition: Perspectives on American Conservatism*. Ithaca: Northern Illinois University Press, pp. 109-121, 2020.

Martinez Hosang, Daniel; Lowndes, Joseph E. *Producers, Parasits, Patriots: Race and the New Right-Wing Politics of Precarity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019.

Mattson, Kevin (2008), *Rebels All!: A Short History of the Conservative Mind in Postwar America*, Rutgers University Press, New Brunswick.

Miele, Frank. *Intelligence, Race, and Genetics*. Cambridge: Westview, 2002.

Miller-Idriss, Cynthia. *Hate in the Homeland: The New Global Far Right*. Princeton: Princeton University Press, 2020.

Morning, Ann. *The Nature of Race*. Berkeley: University of California Press, 2011.

Mudde, Cas. *La ultraderecha hoy*. Barcelona: Paidós, 2019.

Murray, Charles. *Losing Ground: American social policy 1950-1980*. New York: basic Books, 1984.

\_\_\_\_\_ (2020), *Human Diversity: The Biology of Gender, Race, and Class*. New York: Twelve.

Peytibi, Xavier; Pérez-Diañez, Sergio. *Cómo comunica la alt-right. De la rana Pepe al virus chino*. Barcelona: Beer & Politics, 2020.

Piccone, Paul. *Confronting the French New Right: Old Prejudices or a New Political Paradigm*. In: *Telos*, n. 98-99, pp. 3-22, 1994.

Pierce, William. *The Turner Diaries*. Charlottesville: New Vanguard, 1979.

Quigley, Margaret. *The European New Right and US Politics*. In: BERLET, Chip (ed.) *Trumping Democracy: From Reagan to the Alt-Right*. Milton Park: Routledge, pp. 54-60, 2020.

Robertson, Wilmot. *The Dispossessed Majority*. Cape Canaveral: Howard Allen, 1981.

\_\_\_\_\_ (1993), *The Ethnostate*, London: Ostara Publications.

Rothbard, Murray N. *Por uma nova liberdade: O manifesto libertário*. São Paulo: Mises Brasil, 2013.

Rueda, Daniel. Los fundamentos ideológicos de la Alt-Right: del paleoconservadurismo a la fascistización. In: *Encrucijadas*, v. 21, n. 2, pp. 1-28, 2021.

Scotchie, Joseph. *Revolt from the Heartland: The Struggle for an Authentic Conservatism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.

Sedgwick, Mark. *Against the Modern World*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Slobodian, Quinn. Anti-'68ers and the Racist-Libertarian Alliance: How a Schism among Austrian School Neoliberals Helped Spawn the Alt Right. In: *Cultural Politics*, v. 15, n. 3, pp. 372-386, 2019.

Spiro, Jonathan Peter. *Defending the Master Race: Conservation, Eugenics and the Legacy of Madison Grant*. Lebanon: University of Vermont Press, 2009.

Steinmetz-Jenkins, Daniel. The European Intellectual Origins of the Alt-Right. In: *İstanbul Üniversitesi Sosyoloji Dergisi*, v.38, n. 2, pp. 255-266, 2018.

Swain, Carol. *The New White Nationalism in America*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge, 2002.

Swain, Carol M.; Nieli, Russ. *Contemporary Voices of White Nationalism in America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Sussman, Robert Wald. *The Myth of Race: The Troubling Persistence of an Unscientific Idea*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

Taylor, Blair. *Alt-Right Ecology: Eco-Fascism and Far-Right Environmentalism in the United States*. In: FORCHTNER, Bernhard (ed). *The Far Right and the Environment*. London: Routledge, 2020.

Webb, Clive. *Enoch Powell's America*. In: GEARY, Daniel; SCHOFIELD, Camilla; SUTTON, Jennifer (eds.). *Global White Nationalism: From Apartheid to Trump*. Manchester: Manchester University Press, pp. 105-130, 2020.

Woods, Roger. *Germany's New Right as Culture and Politics*. Houndmills: Palgrave, 2007.

Zeskind, Leonard. *Blood and Politics: The History of the White Nationalist Movement from the Margins to the Mainstream*. New York: Farrar Straus Giroux, 2009.

---

*Recebido em: 22/05/2024*

*Aprovado em: 06/12/2024*

**Miguel Anxo Bastos Boubeta**

*E-mail: miguelanxo.bastos@usc.es*

**Serafin González Quinzán**

*E-mail: gonzalez.quinzan.serafin@gmail.com*

**Gemma Vicente Iglesias**

*E-mail: gemma.vicente.iglesias@usc.es*